



Gustavo Tepedino
Milena Donato Oliva
(Coordenadores)

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

QUESTÕES CONTROVERTIDAS

Prefácio
Gustavo Tepedino

Área específica
DIREITO CIVIL

A Teoria Geral do Direito Civil encontra-se no cerne da vida jurídica. Complexas e espinhosas, as controvérsias se espraiam por toda a dogmática do direito privado. Esta obra propõe-se a tratar das questões mais atuais da Teoria Geral do Direito Civil.

O conjunto de contribuições ora reunidas, fruto de construção genuinamente coletiva, a partir de intenso diálogo entre seus autores, abrange desde as recentes alterações promovidas na disciplina das incapacidades pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência até o regime civil das provas, passando por ampla variedade de temas da teoria geral, sob o fio condutor da metodologia civil-constitucional.

Tal proposta metodológica destina-se a auxiliar o profissional do direito, potencializando os instrumentos do direito privado e a promoção da dignidade humana na solidariedade constitucional. Por isso mesmo, cuida-se de valioso instrumento de consulta e reflexão para estudantes e estudiosos do direito civil.

Áreas afins

DIREITO PRIVADO

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Público-alvo/consumidores

COMUNIDADE JURÍDICA, EM ESPECIAL
ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
E OPERADORES DO DIREITO

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001501

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

T314 Teoria Geral do Direito Civil: questões controvertidas / Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

395p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0566-7

1. Direito Civil. 2. Direito Privado. 3. Teoria Geral do Direito Civil. I. Tepedino, Gustavo. II. Oliva, Milena Donato. III. Título.

CDD: 342.1
CDU: 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (Coord.). *Teoria Geral do Direito Civil: questões controvertidas*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 395p. ISBN 978-85-450-0566-7.

GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO

Professor Titular de Direito Civil e ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Camerino (Itália). Professor Visitante das Universidades de Molise (Itália); São Francisco (Califórnia – EUA); e Poitiers (França). Sócio do Escritório Gustavo Tepedino Advogados. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

MILENA DONATO OLIVA

Professora de Direito Civil e do Consumidor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sócia do Escritório Gustavo Tepedino Advogados. Secretária-Geral do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva	11
---	----

CAPACIDADE CIVIL E DISPOSIÇÃO DO PRÓPRIO CORPO

Maici Barboza dos Santos Colombo, Beatriz Capanema Young	13
---	-----------

1 Introdução	13
2 Capacidade e a repersonalização do Direito Civil	14
3 Limitações à capacidade civil de fato – uma leitura civil-constitucional... 17	17
4 Capacidade e tutela dos direitos da personalidade	21
5 Capacidade para decidir sobre o próprio corpo.....	25
6 Capacidade específica para consentir: o consentimento informado e tratamentos médicos	29
7 O caso dos transplantes: a exigência cumulativa de capacidade e consentimento	31
8 Conclusão.....	34
Referências	34

CURATELA: DA ESTRUTURA FORMAL BINÁRIA À CONSTRUÇÃO FUNCIONAL DA AUTONOMIA E DA DIGNIDADE

Micaela Barros Barcelos Fernandes, Marcos Alberto Rocha Gonçalves	39
---	----

1 Introdução.....	39
2 O reconhecimento de direitos da pessoa com deficiência e as rupturas com o modelo estrutural de segregação: giro paradigmático da convenção de Nova York	40
3 O Estatuto da Pessoa com Deficiência: funcionalização das normas protetivas internas, alterações no regime das capacidades e impactos na teoria das invalidades	45
4 O novo sentido promocional da curatela	53
5 Conclusão.....	61
Referências	63

A CAPACIDADE JURÍDICA PELA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A INSUFICIÊNCIA DOS CRITÉRIOS DO *STATUS*, DO RESULTADO, DA CONDUTA E DA FUNCIONALIDADE

Joyceane Bezerra de Menezes	67
--	-----------

1 Introdução.....	67
2 <i>Capacidade legal</i> ou capacidade jurídica como expressão da dignidade...70	70
3 A insuficiência dos critérios que usaram a deficiência para modular a capacidade jurídica	79
4 O apoio como instrumento de integração funcional no exercício da capacidade e as possibilidades de sua coexistência com a substituição de vontade.....	82
5 Conclusão.....	87
Referências	88

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO ORDENAMENTO CIVIL-CONSTITUCIONAL

Chiara Spadaccini de Teffé.....	91
--	-----------

1 Uma leitura civil-constitucional dos direitos da personalidade	91
2 A evolução da tutela dos direitos da personalidade no Brasil	102
3 Direitos da personalidade e liberdade de expressão: critérios para a ponderação.....	108
4 Instrumentos para a proteção dos direitos da personalidade: a tutela reparatória e a tutela inibitória	111
6 Considerações finais	117
Referências	118

BENS JURÍDICOS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL: UMA ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL, DO BEM DE FAMÍLIA E DOS BENS COMUNS

Diego Brainer de Souza André	121
1 Introdução.....	121
2 Do viés estrutural dos bens no Código Civil à função desempenhada no contexto da relação jurídica para fins de qualificação	124
3 Evoluções pertinentes ao bem de família.....	132
4 Superação da técnica proprietária e a construção teórica dos bens comuns.....	142
5 Conclusão.....	148
Referências	150

AUTONOMIA EXISTENCIAL

Ana Carolina Brochado Teixeira	153
1 A autonomia privada entre o pluralismo e dignidade humana	153
2 Reconstrução da autonomia privada: eficácia qualitativamente diferenciada em situações jurídicas patrimoniais e existenciais	159
3 Requisitos de validade para o exercício de situações jurídicas existenciais	167
4 Limites internos à autonomia e espaços de decisão pessoal: em busca da essência da personalidade	173
Referências	183

CONDIÇÃO E AUTONOMIA EXISTENCIAL

Danielle Fernandes Bouças, Livia Teixeira Leal	187
1 Introdução.....	187
2 A condição como elemento acidental do negócio jurídico. Negócios Jurídicos que não admitem a condição.....	189
3 Condição e autonomia existencial	195
4 Controle valorativo de legalidade da condição e princípio da conservação dos negócios jurídicos.....	201
5 Considerações finais	206
Referências	207

NOTAS SOBRE A REPRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA E O CONTRATO DE MANDATO

Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva	211
1 Introdução	211
2 Autonomia da representação voluntária no Código Civil de 2002.....	212
3 Elementos essenciais do mandato e da representação	213
4 Disciplina da representação voluntária	215
4.1 Procuração é o instrumento da representação, não do mandato.....	215
4.2 Abstração da outorga de poderes: autonomia da representação em relação ao negócio subjacente	217
4.3 O princípio da atração da forma aplica-se à representação, não ao mandato	219
4.4 Substabelecimento	220
4.5 Procuração (não mandato) em termos gerais ou especiais	223
4.6 Procuração (não mandato) em causa própria.....	224
4.7 Irrevogabilidade da outorga de poderes quando associada a outros contratos	225
4.8 Ratificação e teoria da aparência.....	226
5 Conclusão.....	229
Referências	231

O ENCARGO E SEUS TRÊS GRAUS DE ESSENCIALIDADE CONCRETA: PROPOSTA DE INDIVIDUAÇÃO DA DISTINÇÃO ENTRE MODO E CONTRAPRESTAÇÃO

Diana Paiva de Castro, Rodrigo Freitas	233
1 Introdução.....	233
2 O papel do encargo à luz da diferenciação entre as situações jurídicas subjetivas de ônus e de dever jurídico.....	235

3	Os três graus de essencialidade concreta do encargo e suas implicações quando o modo se revelar ilícito ou impossível.....	241
4	Os três graus de essencialidade concreta do encargo e a possibilidade de revogação do contrato unilateral em razão da inexecução do modo...	244
5	Síntese conclusiva	249
	Referências	250

INVALIDIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E OBRIGAÇÃO DE RESTITUIÇÃO

Rodrigo da Guia Silva	253	
1	Introdução: análise das obrigações restitutórias no contexto da relação de liquidação deflagrada pela pronúncia da invalidade negocial.....	253
2	Repercussões da doutrina tradicional das invalidades do negócio jurídico sobre a compreensão das obrigações restitutórias	256
3	Vinculação funcional do efeito restitutivo da invalidade à vedação ao enriquecimento sem causa	261
4	Conjugação da “imprescritibilidade” da nulidade com a prescritibilidade da pretensão restitutória.....	266
5	Perspectivas de operatividade do raciocínio proposto na disciplina da anulabilidade do negócio jurídico.....	277
6	Síntese conclusiva	281
	Referências	281

CONTEÚDO E FUNÇÃO DA CLÁUSULA GERAL DE BONS COSTUMES NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Thamis Dalsenter Viveiros de Castro.....	287	
1	Introdução	287
2	Costumes e bons costumes: breves distinções.....	288
3	Estrutura e função da cláusula geral de bons costumes: limites à autonomia privada existencial	291
4	A tríplice função da cláusula de bons costumes no Código Civil de 2002.....	299
5	Considerações finais	307
	Referências	308

O ADIMPLENTO SUBSTANCIAL E A VEDAÇÃO AO DIREITO ABUSIVO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL EM INSTRUMENTOS DOTADOS DE CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA

Mariana Ribeiro Siqueira	311	
1	Introdução.....	311
2	A boa-fé e a vedação ao exercício abusivo do direito.....	312
3	Adimplemento substancial e a vedação ao direito abusivo de resolução do contrato	316
4	Adimplemento substancial e o óbice à resolução contratual em hipóteses de cláusula resolutiva expressa.....	322
5	Conclusão.....	332
	Referências	333

ANÁLISE FUNCIONAL DO TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO

Rachel Saab	337	
1	Introdução.....	337
2	Análise funcional dos pressupostos fáticos da prescrição.....	338
3	Controvérsia acerca do termo inicial da prescrição.....	345
4	Ausência de ciência da lesão pelo titular: impossibilidade objetiva de saber.....	349
5	Notas conclusivas.....	359
	Referências	360

A EVOLUÇÃO DA PROVA ENTRE O DIREITO CIVIL E O DIREITO
PROCESSUAL CIVIL

Gustavo Tepedino, Francisco de Assis Viégas	365
1 Introdução	365
2 Prova e forma do negócio jurídico: a chamada forma <i>ad probationem</i>	372
3 O CPC/2015, a prova documental e as novas tecnologias.....	380
4 Notas conclusivas.....	388
Referências	389
 SOBRE OS AUTORES	 393